



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015.

LENILDA DAMASCENO PERPÉTUO

LUCIENE DE OLIVEIRA VIEIRA

MÁRCIA ALBERTINA DUMONT

MIRIAN DE OLIVEIRA MACIEL

DIÁLOGOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E
DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS

Brasília, D.F.

Outubro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em
EJA / 2014-2015.

**DIÁLOGOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E
DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

LENILDA DAMASCENO PERPÉTUO

LUCIENE DE OLIVEIRA VIEIRA

MÁRCIA ALBERTINA DUMONT

MIRIAN DE OLIVEIRA MACIEL

ORIENTADOR: DR.ERLANDO DA SILVA RÊSES
CO-ORIENTADORA MS. CLÉSSIA SANTOS

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

BRASÍLIA, DF Outubro /2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em
EJA / 2014-2015.

LENILDA DAMASCENO PERPÉTUO

LUCIENE DE OLIVEIRA VIEIRA

MÁRCIA ALBERTINA DUMONT

MIRIAN DE OLIVEIRA MACIEL

DIÁLOGOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E
DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS.

Trabalho de conclusão do III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA 2014-2015, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Professor Orientador Dr. Erlando da Silva Rêses

Tutora Orientadora Ms Cléssia Santos

Avaliador Externo Ms Luiz Henrique Gomes de Moura

BRASÍLIA, DF Outubro /2015.

Dedicamos este trabalho aos profissionais do Educação de Jovens e Adultos e aos estudantes da Comunidade Paranoá e Itapoã, D.F.

AGRADECIMENTO

Mais uma etapa vencida. Período de grandes aprendizados e muitos movimentos. Foi um percurso longo, desafiador, cheios de dúvidas, incertezas, medos e muita vontade de acertar. Refletindo podemos visualizar pessoas incríveis que com generosidade, tornaram essa caminhada bem mais leve, produtiva e possível. Nosso caríssimo professor Erlando da Silva Rêses, coordenador do curso de Especialização em Educação em Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos, que não mediu esforços para tornar nossa caminhada desafiadora e cheia de encantos. A toda equipe do CTAREJA , em especial nossos tutores Cláudio Amorim, Cléssia Santos, Luciano Matos e Luiz Fernando, que com dedicação percorreram lado a lado conosco, ajudando a esclarecer cada dúvida, sinalizando os equívocos e avanços. Aos colegas de plataforma, que alguns viraram amigos, pelas ricas trocas e discussões, a vocês agradecemos o apoio, a compreensão, a tolerância que ao longo desta caminhada estiveram tão presentes.

Obrigada, queridos mestres!

Finalmente agradecemos a todos os nossos amigos (as), companheiros (as) e familiares por fazerem parte da nossa história, por todos os bons momentos que sempre nos proporcionaram. Essa vitória também é de vocês, porque em nenhum momento vocês deixaram de estarem presentes de alguma forma.

Enfim, agradecemos imensamente a todas as pessoas, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste projeto com quem dividimos o mérito da CONQUISTA.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.” (FREIRE, 1987).

RESUMO

O PIL é um trabalho que consiste em um Projeto de Intervenção Local (PIL), onde primeiramente as acadêmicas buscaram conhecer diversos contextos dentro dos polos de EJA, que possuem a oportunidade de investigar, inferir e contribuir para o desenvolvimento do Processo de construção da autonomia e respeito aos Direitos humanos e a diversidade de todos que compõem esta modalidade de ensino. Objetiva de forma global “Promover a Formação continuada de profissionais da Educação de Jovens, Adultos numa perspectiva transformadora de valorização da autonomia do sujeito da EJA, com ênfase nos direitos humanos e diversidade”. O PIL apresenta características bem particulares para sua construção, onde se fundamentou a problemática a ser trabalhada. O Projeto interventivo esta dividido em partes que contextualizam as ações que serão realizadas. O projeto será realizado com os Profissionais de educação atuantes na Educação de Jovens, Adultos das escolas ofertantes da EJA, vinculada à Coordenação Regional de Ensino do Paranoá e Itapoã, por meio da formação continuada. Verificou-se a necessidade de aperfeiçoar os trabalhadores atuantes na EJA diante da perspectiva de uma Educação de Direitos Humanos (EDH) e Diversidade. Acreditamos que a construção democrática, exige uma maior consciência dos direitos humanos, que atualmente está tão massacrada e ocorre de diferentes maneiras na sociedade vigente. A metodologia consiste na captação das demandas apontadas pelos envolvidos no processo educacional que participarão das Rodas de conversa, após a sensibilização será realizado o curso de formação que consiste em palestras, oficinas, reflexões estudos e debates, propondo a vivencia e troca de experiências de forma dinâmica afim de que estes consigam intervir, na tentativa de transformar a realidade local para promoção da autonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada, Educação de Jovens e Adultos, Direitos Humanos, Diversidade e Educação em Direitos Humanos.

ABSTRACT

The PIL is a work consisting of a Local Intervention Project (LIP), which first academic sought to know different contexts within the adult education centers, which have the opportunity to investigate, infer and contribute to the development of the autonomy building process and respect for human rights and diversity of all that make up this type of education. Globally objective "Promoting Continuing Education Youth Education professionals, adults in a changing perspective of valuing autonomy of the subject of adult education, with emphasis on human rights and diversity." The PIL has very particular characteristics for its construction, which was based on the issue to be worked. The intervening Project is divided into parts that contextualize the actions to be carried out. The project will be carried out with the education of professionals working in the Youth Education Adults of bidders schools EJA, linked to the Regional Coordination Paranoá and Itapoã of Education, through continuing education. There was the need to improve the active workers in adult education at the prospect of a Human Rights Education (HRE) and Diversity. We believe that building democracy requires a greater awareness of human rights, which is currently so massacred and occurs in different ways in the current society. The methodology consists of the capture of demands indicated by those involved in the educational process that will participate in the Conversation groups, after sensitization will be held the training course consists of lectures, workshops, reflections studies and debates, proposing the experiences and exchanging form of experiences dynamic order that they are able to intervene in an attempt to transform the local reality to promote autonomy.

KEYWORDS: Continuing Education, Youth and Adult Education, Human Rights, Diversity and Human Rights Education.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: INTERLIGAÇÃO ENTRE AS PASTAS DA GEB

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ABREVIATURAS

LEI DE DIRETRIZES E BASES (**LDB**)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (**EJA**)

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (**CONAE**)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (**CNTE**)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (**SEEDF**)

EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS IDOSOS TRABALHADORES (**EJAIT**)

GERENCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (**GEB**)

SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (**SUBEB**)

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (**CEJAd**)

PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (**PROEJA**)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (**SECAD**)

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (**SEDH**)

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (**SOE**)

UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO (**UAMA**)

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (**PDAD**)

SUMÁRIO

1- Dados de identificação do(s) proponente(s)	11
2- Dados de identificação do Projeto	11
3- Ambiente institucional	11
4- Justificativa / caracterização do problema / marco teórico	14
5- Objetivos	27
6- Atividades/responsabilidades	28
7- Cronograma	28
8- Parceiros	28
9 – Orçamento	28
10- Acompanhamento e avaliação.....	29
11- Referências Bibliograficas.....	31
12- Anexos	35

1 - Dados de identificação do(s) proponente(s)

Lenilda Damasceno lenildatuka@gmail.com

Luciene de Oliveira Vieira lucienequalifiq@gmail.com

Márcia Dumont marcia51151@hotmail.com

Mirian de Oliveira Maciel miriandfmaciel@gmail.com

2- Dados de identificação do Projeto

O título do projeto após conversas com os orientadores e autores ficou intitulado Diálogos sobre direitos humanos e diversidade no contexto da Educação de Jovens e Adultos. É um projeto de intervenção Local que será realizado na Coordenação Regional de Ensino do Paranoá no Distrito Federal (DF) localizada na DF 250, KM03 - Chácara 03 - Região dos Lagos - Paranoá - DF. Administrada pela Secretaria de Educação do D.F.

O projeto será realizado com os Profissionais atuantes na Educação de Jovens, Adultos das escolas ofertantes da EJA¹, vinculada à Coordenação Regional de Ensino do Paranoá e Itapoã, por meio da formação continuada, no período de fevereiro a novembro de 2016.

3- Ambiente institucional

O PIL - Projeto de Intervenção Local será realizado na Coordenação Regional de Ensino do Paranoá, que abrange duas cidades: Paranoá e Itapoã, sendo responsável por atender 34 escolas: 20 urbanas e 14 rurais, algumas situadas a mais de 80 quilômetros da cidade. Das escolas atendidas, 09 são ofertantes de EJA 1º 2º e 3º SEGMENTOS. Composta por 05 gerências, dentre elas a Gerencia de Educação Básica-GEB responsável pelo suporte técnico pedagógico.

A GEB na atual gestão tem como perspectiva ressignificar o ensino noturno de um modo geral, e a EJA, de forma mais específica. A GEB está procurando ampliar o Primeiro Segmento com o objetivo de atender aos alunos oriundos do DF Alfabetizado no total de 579 alunos encaminhados para o atendimento. Como a EJA será o foco do nosso PIL, vamos direcionar as descrições apenas para essa modalidade de Ensino.

A Secretaria de Estado de Educação, por meio da SUBEB - Subsecretaria de Educação Básica e CEJAd - Coordenação de Educação de Jovens e Adultos, destaca como desafio apresentado nas Diretrizes Operacionais para a EJA a ampliação do acesso assegurando a permanência e a continuidade do processo educativo escolar. Trata-se de

¹ Educação Jovens e Adultos (EJA) refere-se modalidade de ensino.

reconhecer verdadeiramente o direito de todos e todas à educação e a retomada de sonhos e projetos anteriormente interrompidos. Assim, a Educação de Jovens e Adultos, deve assumir uma posição coerente com as especificidades dos seus sujeitos aprendizes, seus universos, culturas e possibilidades, compreendendo que transformar a modalidade implica na sustentação e avanço contínuo e equilibrado de um tripé cujas bases são: currículo significativo, formação continuada dos profissionais e a organização de oferta.

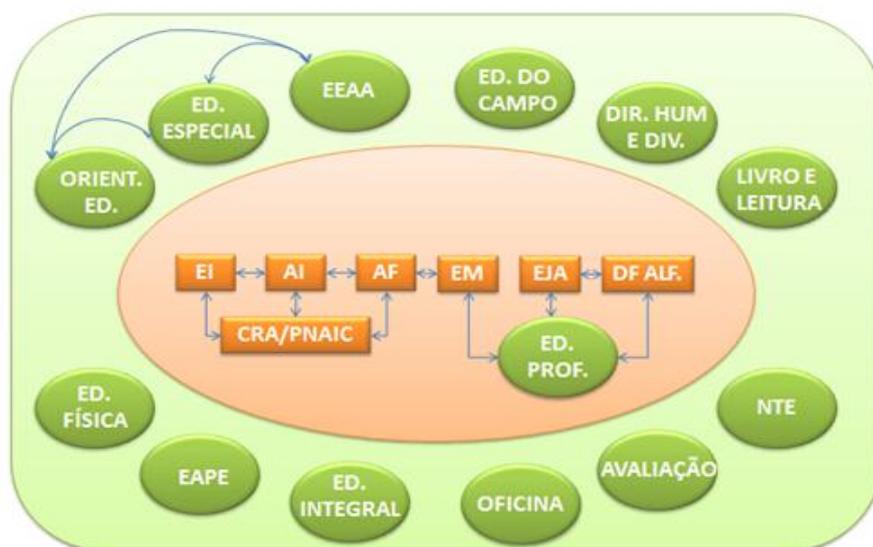
A Coordenação Regional de Ensino junto com a Coordenação Intermediária da EJA tem como finalidade atender às necessidades das escolas, professores, estudantes e toda a comunidade escolar, bem como proporcionar a formação continuada, por meio de ações político pedagógicas, tais como: acompanhamento pedagógico nas escolas ofertantes de EJA; realização mensal do FÓRUM de coordenadores e supervisores, com foco nas orientações e estudo das Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos; divulgação de programas governamentais para EJA; realização de oficinas temáticas voltadas para o público de EJA em seus respectivos segmentos; realização de formação inicial para os coordenadores e alfabetizadores do DF Alfabetizado; inclusão dos alunos na linguagem digital em parceria com a Universidade de Brasília - UNB; avaliação das escolas e parceiros.

No sentido de articular ações para o alcance desse compromisso, a GEB, estabelece como ação, o fortalecimento do fazer pedagógico nas escolas, com base na legislação Nacional, Distrital e nos documentos oficiais da SEEDF, Currículo em movimento da educação básica, diretrizes da avaliação, diretrizes dos ciclos, diretrizes da semestralidade, Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos e as diretrizes pedagógicas.

Além de fazer a interlocução entre a instância central, e a Subsecretaria de Educação Básica-SUBEB, realiza nas escolas públicas projetos e ações específicas, voltadas para a realidade local urbana e rural e do Itapoã, valorizando a cultura local, inter-relacionando singularidades individuais e o contexto social.

Essas interligações dentro de um contexto de articulação política educacional faz com que ocorra todo um trabalho que contemple o respeito e o entendimento das diversas modalidades educacionais que são de responsabilidade da GEB, como apresenta a figura abaixo:

FIGURA 1: INTERLIGAÇÃO ENTRE AS PASTAS DA GEB



Fonte: PLANO DE AÇÃO DA GEB.

LEGENDA			
EI- Educação Infantil	EM- Ensino Médio	AI - Anos Iniciais	AF – Anos Finais
PANIC- Pacto Nacional De Alfabetização Na Idade Certa		CRA Centro De Referencia De Alfabetização	
EEAA- Equipe Especializada Em Apoio À Aprendizagem		NTE – Núcleo Da Tecnologia Educacional	
EAPE- Escola De Aperfeiçoamento Dos Profissionais De Educação			

Numa perspectiva integrada e colaborativa, as diversas pastas da Gerência de Educação Básica - GEB, sejam as diretamente vinculadas às etapas e modalidades da Educação Básica ou aquelas que as perpassam, têm como princípio básico proporcionar suporte e orientação pedagógica às Instituições Escolares (Figura1). Para cumprir esse papel, fortalece e subsidia a coordenação pedagógica como espaço de formação, planejamento e produção de conhecimento; fomenta e oferece formação continuada; valoriza práticas pedagógicas das Instituições Escolares; promove reflexões e ações que visem à superação das dificuldades e o aprimoramento do trabalho pedagógico, qualificando a aprendizagem dos estudantes em consonância com os eixos estruturantes do Currículo em Movimento.

A GEB valoriza o desenvolvimento de projetos integrados nas escolas, buscando romper não somente com a compartimentação do conhecimento em campos disciplinares, como também com os limites de seus muros, alcançando a comunidade e até mesmo outras unidades escolares. Essa ação desencadeia um processo que amplia o alcance da prática pedagógica, em uma rede que promova a interação e a colaboração entre as

partes, em prol de uma sociedade mais solidária, mais responsável e consciente de sua condição cidadã. (PLANO DE AÇÃO GEB, 2015).

4 JUSTIFICATIVA / CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA / MARCO TEÓRICO

De acordo com os Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio- PDAD apontam que houve uma elevação nos índices de alfabetização, em 2011, 2,03% da população era composta por pessoas não alfabetizadas e 1,3% de pessoas se declaravam como sabendo ler e escrever. Comparando com o ano de 2013, o índice de pessoas não alfabetizadas passa para 1,90% e o de pessoas que sabem ler e escrever corresponde a 1,59%. Desta população não alfabetizada, 4,6% e 5,0% está no Itapoã, onde será realizado o PIL Projeto de Intervenção Local deste grupo. (TINÈ, 2014) Diante dos dados apresentados percebe-se o quão relevante é a demanda e os desafios da Educação de Jovens e Adultos em atender aos jovens, adultos e idosos que, por motivos diversos, não iniciaram ou interromperam os estudos em algum momento de suas trajetórias de vida.

É possível afirmar, a partir dessas considerações, que o analfabetismo está ancorado, também, nas propostas historicamente pensadas para essa modalidade, que de modo geral, não trazem em seu bojo o reconhecimento devido acerca das especificidades pedagógicas que essa modalidade requer. Existem experiências pontuais, sobre trabalhos de sucesso, espalhadas pelo país. No entanto a trajetória brasileira ainda mostra essa fragilidade, porque considera que essa proposta poderá colaborar com o trabalho pedagógico dos professores do 1º segmento, bem como para a melhoria da qualidade social da Unidade Escolar.

Os sujeitos da Educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores² (EJAIT) trazem a marca da exclusão em sua história de vida e não é demais destacar sua característica mais marcante, a de sujeitos da classe trabalhadora, nos mais diversos contextos que esta condição lhes impõe. São sujeitos marcados pela diversidade, seja em suas trajetórias pessoais ou mesmo em suas especificidades de atendimento. Existem pessoas jovens, adultas, idosas, indivíduos em cumprimento de medida socioeducativa; com restrição de liberdade em condicional ou regime semiaberto; há uma parte da população em situação de risco, que vivem na rua, que estão em estado de vulnerabilidade social. Há sujeitos com necessidades educacionais especiais diagnosticadas ou não;

² Educação de Jovens, Adultos, Idosos Trabalhadores, neste caso refere-se aos sujeitos da educação de Jovens e Adultos.

existem os integrantes de movimentos sociais e populares; trabalhadores da cidade e do campo. Todos devem ser ensinados com amor: segundo Freire “a tolerância legítima termina por me ensinar que, na sua experiência, aprendo com o diferente” (Freire, 2004). Tolerância e solidariedade são duas faces da mesma moeda. (FREIRE, GADOTTI) Portanto, a EJA é a representação viva na escola, da complexidade, da diversidade e da pluralidade da sociedade brasileira.

Observada a diversidade dos estudantes, a modalidade deve ocupar-se de um currículo que atenda às “concepções e propostas de EJA voltadas à formação humana, que passam a entender quem são esses sujeitos e que processos político-pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades, desejos, resistências e utopias” (BRASIL, 2009). A decisão de retorno à escola não é fácil de ser tomada e mantida. Requer uma luta interior de quebra de barreiras, preconceitos e paradigmas. Portanto, são sujeitos com tempos e espaços diferentes de aprendizagens e com patrimônio igualmente diverso de saberes e de valores culturais.

Por isso, não é possível compreender o estudante da EJA sem conhecer sua trajetória, sua história e seus projetos futuros. Diante desse desafio de contemplar toda diversidade representada pelos estudantes da EJA, é necessário atentar ainda às especificidades do atendimento de forma a garantir a todos o direito à educação.

A escola pública e mais especificadamente na modalidade da Educação de Jovens e Adultos se apresenta como um grande mosaico étnico, espaço de muitos olhares, várias escutas, rico em diversidades e muitas representações sociais. Espaço onde existem muitas possibilidades de experiências, vivências, debates e discussões, favorecendo as contradições e mudanças. Enfim, é o contexto ideal para ser lançado por esse PIL um olhar diferenciado e atencioso.

Muitas vezes o professor perde oportunidades valiosas para a promoção de estratégias baseadas na dialógica dos direitos humanos, na perspectiva da diversidade. Desoportuniza seu fazer pedagógico no momento que não cria um espaço irrigado de conhecimentos. O que talvez aconteça por receio e insegurança em pensar que pode perder o controle do espaço escolar. Porém, esse desafio deveria ser visto como oportunizar ao seu aluno ver a realidade injusta que vive, e questioná-lo em como fará para mudar essa condição, como escreve Freire (1987):

O fundamental realmente na ação dialógico-libertadora, não é desaderir os oprimidos de uma realidade mitificada em que se acham divididos, para aderi-los a outra. O objetivo da ação dialógica está, pelo contrário, em proporcionar que os oprimidos, reconhecendo o porquê e o como de sua “aderência”, exerçam um ato de adesão às práxis verdadeiras da realidade injusta. (FREIRE, 1987, p.100).

A ação dialógica é de supra importância na discussão dos direitos humanos, pois ganha força, credibilidade e novo fôlego, no sentido de conscientizar o opressor e libertar o oprimido, ao mesmo tempo em que representa uma frenagem nos excessos individualistas burgueses do discurso. Como estão presentes no PPP Carlos Mota da SEEDF, os direitos humanos são evidenciados em nossa sociedade atualmente:

Houve momentos em que os direitos humanos foram associados, por interesses escusos, discussões simplistas e rasas, à proteção de criminosos, quando, de fato, todos temos trabalhado pela construção de um mundo mais justo, mais humano, mais solidário e responsável. Portanto, somos todos defensores dessa bandeira. (PPP PROFESSOR CARLOS MOTA, SEEDF, 2012, p.51.).

Pensar em uma formação continuada que conscientize os profissionais da educação quanto aos direitos humanos, o respeito a diversidade e como exercer sua cidadania, é propor uma formação para os profissionais da EJA. “As questões precisam ser enfrentadas sob os aspectos quantitativo e qualitativo. De um lado, existe um contingente massivo da população cujo os direitos humanos e constitucional não tem sido respeitado.” (SOARES, 2006)

Atualmente se faz necessária uma qualificação dos profissionais da educação de jovens e adultos, por acreditar que a construção democrática, exige uma maior consciência dos direitos humanos, que atualmente está tão massacrada e ocorre de diferentes maneiras na sociedade vigente. “A Educação de jovens e adultos sempre fez parte da dinâmica da sociedade, da dinâmica mais emancipadora. A EJA se vincula muito mais aos processos de emancipação do que aos de regulação.” (SOARES, 2006) Todo esse processo de capacitação deve ser continuamente alimentada, renovada e atualizada, permeando as diferentes práticas sociais, dentre as quais a educativa.

O profissional de educação é conhecedor de todos os problemas vivenciados na prática diária, em função disso deveria organizar suas propostas e cobrar uma postura mais afirmativa das Coordenações de ensino e dos gestores. Devem deixar claro que existem profissionais interessados em levar "a sério" o trabalho com a EJA.

Não quantificando apenas em números, nem de ver melhores índices, mas pensar no processo e resultado do trabalho que está no estudante. Não permitir que a injustiça social se faça presente também na prática Educativa. É preciso reforçar as decisões da CONAE/2010 e não abrir mão dos objetivos nela definidos, principalmente àqueles descritos nos eixos II, IV, VI e VII e transcritos abaixo:

Eixo II – Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos.

Eixo IV – Qualidade da Educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem.

Eixo VI – Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho.

Eixo VII – Financiamento da Educação: gestão, transparência e controle social dos recursos. (CONAE, 2014, p.12)

É preciso entender que a cultura da escola tenha os direitos humanos como referencial fundamental a nível teórico e prático. Os sujeitos da EJA estão compreendidos na diversidade e multiplicidade de situações relativas às questões étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais, regionais e geográficas, de orientação sexual, de privação da liberdade, de população em situação de rua e de condições físicas, emocionais e psíquicas. Integram os mais diversos grupos sociais, participantes ou não de movimentos populares e sociais. Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos são reconhecidos ao trazerem histórias de vida ora semelhantes ora diferenciadas, porém marcadas pelas trajetórias de exclusão social do sistema de ensino, da vida familiar, da afetividade, dos meios culturais e econômicos. (Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos, SEEDF - 2014/2017 – Brasília - DF).

Pelo que se é visto, ouvido nas escolas, em instituições escolares e de gestão é que se deve redirecionar a escola proporcionando a possibilidade desses sujeitos de (re)significarem suas próprias vidas e estabelecerem novos objetivos, trilhando novos caminhos. “A escola não é só um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política. Deve gerar insatisfação com o já dito, o já sabido, o já estabelecido.”(GADOTTI, 2007). Portanto, a escola precisa propiciar um ambiente favorável a essas discussões e contradições, considerando toda vivência, experiência e modo de vida que esse sujeito traz para o ambiente escolar, abrindo para uma ação dialógica dos aprendizes ao longo de sua existência.

Necessita-se capacitar os professores atuantes da EJA para reconhecer e desnaturalizar as ações preconceituosas que acontecem no âmbito escolar, abrindo para discussões e reconhecê-las na sua amplitude para que os momentos de possibilidades da construção do conhecimento sejam de forma contínua e permeada por vários saberes. Diante disso ressalta-se a importância e a necessidade de que sejam aprofundados estudos sobre uma proposta que possa abrigar múltiplas possibilidades de avanço de

modo efetivo, e que o estudante empoderado, possa exigir que seus direitos sejam respeitados.

O grande desafio será encontrar caminhos para convergir metodologias e práticas de educação continuada em favor de superação dos problemas e da universalização e qualidade do atendimento aos sujeitos da EJA. A educação é uma necessidade humana de quem convive em sociedade, todo indivíduo que vive tanto na zona urbana, quanto rural deve ter seus direitos mantidos em pleno exercício. Atualmente nos organizamos politicamente e socialmente sob um “regime da produção capitalista, onde uma classe importante, e cada vez mais numerosa da população não pode viver senão trabalhando, mediante salário, para os possuidores dos meios de produção - ferramentas, máquinas, matérias-primas e meios de subsistência.” (MARX, 2006).

Atualmente os professores recebem estudantes diversificados, tanto os que trazem longo histórico de reprovações, quanto os que foram marcados pela trajetória de exclusão e/ou abandono escolar e normalmente poderão sentir dificuldades em conduzir seu trabalho e de atender às necessidades deste público. Portanto o espaço escolar da EJA necessita trabalhar numa perspectiva em que “... à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e com garantia de padrão de qualidade.” (MARQUES, 2014).

A grande questão: é como combater a desigualdade educacional? Para isso “é preciso estimular uma educação solidária, construída de forma coletiva, integrada e complementar, com articulação entre os entes federados e um fundo nacional de financiamento [...]” (CNTE, 2014). Na EJA essa educação onde todos buscam o melhor deveria ocorrer de forma fácil e mais rápida, devido ao fato de que são pessoas experientes, maduras que vão conseguir ouvir sobre seus direitos e deveres, refletir e saber opinar sobre eles. Mas não é o que ocorre e alguns professores que não tem formação ou estão cansados, ou não sabem como fazer e acabam por deixar passar uma necessidade social que é a compreensão dos Direitos Humanos. Este fato remete ao pensamento do que é formação e por que ela é tão necessária quando se está lidando com adultos. Libâneo(1994) conceitua as dimensões da formação docente:

A formação docente abrange duas dimensões: a formação teórica- científica, incluindo a formação acadêmica específica nas disciplinas em que o docente vai especializar-se e a formação pedagógica que envolve diversos conhecimentos das áreas e da própria Pedagogia que contribuem para o esclarecimento do fenômeno educativo no contexto histórico-

social; a formação técnica-prática visando à preparação profissional específica a docência e as metodologias específicas das matérias, a pesquisa educacional e outras. (LIBÂNEO, 1994, p.27)

Todo profissional da educação deve buscar constantemente o conhecimento, por meio de leituras, pesquisas na internet, experiências em rodas de conversa, especializações, graduações, cursos de extensão e outros. O profissional que atua na EJA, mais que outros precisa saber lidar com a diversidade, seus estudantes, jovens, adultos e idosos trabalhadores, que trazem para o ambiente escolar uma experiência do seu meio cultural e geográfico. Faz-se necessário que esse estudante sinta-se pertencente ao espaço escolar e que esse espaço, dialogue com suas diversidades, sua etnia, seu regionalismo e territorialidade. O professor deve trabalhar com o seu alunado de forma a promover a justiça social, como reflete Resês & Costa (2015):

A Educação em Direitos Humanos deve incluir a paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social, tal como previsto nos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, para que seja possível conscientizar todas as pessoas em relação à necessidade de fortalecer a aplicação universal dos direitos humanos (ONU, 1993 In. RESÊS & COSTA, 2015, p.88)

Só se faz o direito ser exercido quando o conhece, o reconhece e busca a sua realização. Por isso é preciso esclarecer aos estudantes os direitos e os deveres dos cidadãos, para que compreendam como o processo é realizado; E quais são os seus direitos com a relação a sua vivência em sociedade e de como inseri-los como participantes ativos no seu cotidiano. A pesquisa precisa estar a favor do movimento e da mudança. Não podemos pensar na escola como reprodução, mas sim como uma ferramenta de mudança, que ira satisfazer as novas demandas da sociedade trabalhadora. De acordo com Barreto (2006):

Surgiram novas demandas que a visão tradicional de conhecimento não contemplava: trabalhadores que se tornaram estudantes para obter conhecimentos que lhe permitissem melhoria profissional, o crescimento do ensino infantil, o aumento das creches. A escola passou a ser procurada como nunca havia sido antes. Assim, não é de se estranhar o crescimento da EJA e seu entendimento como modalidade de ensino. (BARRETO, 2006, p.10):

Os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, observamos que em sua maioria não receberam formação adequada para lidar com este público e na maioria das vezes encontram dificuldades para transitar e a dialogar neste universo. Portanto torna-se necessário uma constante troca de experiências, formação continuada e ações dialógicas para que as coisas fluam bem neste ambiente rico e plural. “A educação em

direitos humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se envolve no processo ensino aprendizagem” (ABICALIL, 2007). A educação assim entendida deve acontecer na comunidade escolar em diálogo com a comunidade local, contribuindo para a ressignificação e o fortalecimento do patrimônio cultural.

O profissional da educação deve aproveitar as experiências e vivências dos estudantes, numa proposta de valorizar as suas potencialidades e seus saberes. Entretanto, há educadores que encontram dificuldades nessa prática por se basearem numa construção histórico-política conservadora e tradicional. Portanto faz-se necessário uma formação que os envolva em atividades críticos-reflexivas em torno da sua práxis-pedagógica. Uma reflexão que possa desaguar em sala de aula por intermédio de uma metodologia objetiva e clara que situe o educando da EJA no lugar de sujeito pensante e capaz de reescrever a sua história. Como escreve Oliveira (2012) sobre a necessidade de uma formação continuada que vise às necessidades dos professores que atuam na EJA:

[...]“formação continuada dos professores”, mas de forma que partisse da realidade da escola, propomos partir literalmente do momento atual da escola, buscar primeiramente os recursos presentes na escola, partir da realidade tal qual ela é, inclusive para podermos refletir sobre as limitações da realidade presente, da realidade vivida. E com isso proporcionar outros olhares sobre a prática docente, sua riqueza e o quanto ela pode ser produtora de conhecimentos a partir do estudo e da pesquisa. Nunca deixando de lado a dimensão e o diálogo com os saberes populares e tradicionais da comunidade, ancorando esta proposta na cultura local. (OLIVEIRA, 2012, p.88)

A formação dos profissionais da educação vem estimulando os coordenadores intermediários da EJA que buscam caminhos para melhor capacitá-los a fim de que esses possam inovar sua prática. Propõe uma reflexão sobre a construção e redimensionamento dos saberes docentes de professores da Educação de Jovens e Adultos, trazendo ao debate a relevância da formação continuada na especificidade desta modalidade de ensino, principalmente quando esta, não foi contemplada na formação inicial. Concretiza-se essa necessidade mundial de formação com a “[...] aprovação da Lei nº 13.005, de 2014, que instituiu o PNE, problematizando a questão central no debate educacional que é a persistência positiva de uma tensão entre concepções de educação, escola e formação [...] (FREITAS, 2014) Em razão disso, coloca-se a questão da aprendizagem do professor que, enquanto sujeito singular, possui uma história de vida, aprende e reconstrói seus valores e sua experiência.

A formação do professor da EJA deve ter um enfoque específico no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação e atendimento a esse grupo tão heterogêneo de estudantes. No entanto, é sabido que a formação inicial, ou seja, a

formação acadêmica de graduação do professor para atender a especificidade da EJA é ainda incipiente. Diante do contexto atual de educação e de quem educa, Freitas (2007) merece uma formação para alavancar a qualidade da educação básica.

[...] dos desafios para as políticas de valorização e formação docente em nosso país significa tomar como ponto de partida a concepção progressista de projeto educativo, a partir da qual a formação com qualidade elevada de pedagogos, educadores e professores está estreitamente vinculada à educação básica e à escola pública, às suas condições concretas e materiais atuais e ao seu pleno desenvolvimento, e às possibilidades de uma educação emancipadora para nossas crianças, jovens e adultos na construção de uma sociedade justa, igualitária e socialista como futuro. (FREITAS, 2007, Apud. CNTE, 2014, p.430).

Para minimizar essa defasagem, a formação continuada ao longo da carreira profissional pode contribuir para os docentes dessa modalidade de ensino, na troca de experiências com seus pares, uma ação mais eficiente, levando-os na direção de um trabalho pedagógico preparado a enfrentar a diversidade cultural de seus estudantes e, por consequência, melhorar o desenvolvimento destes.

Faz-se necessário por compreendermos que os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos são pessoas da classe trabalhadora, que ao longo da sua história, não iniciaram ou mesmo interromperam a sua trajetória escolar em algum ou em diferentes momentos de sua vida. São mulheres e homens que sofrem severamente as consequências de uma lógica estrutural capitalista, notadamente injusta e perversa. (Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017- Brasília-DF).

O ser social teve seu perfil construído de acordo com as mudanças históricas reais do ambiente social em que vivem cheio de conflitos e contradições. Para que os profissionais de educação consigam alcançar um aumento da qualidade no processo de ensino aprendizagem deve haver uma formação continuada buscando sanar as dificuldades que eles possuem. A formação continuada para os profissionais da educação, visa informar a política de Direitos Humanos, para realizar na instituição escolar em que trabalha um processo de desenvolvimento da autonomia do sujeito enquanto cidadão e indivíduo crítico preparado para lutar por seus direitos, respeitando os outros sujeitos que convivem. “No campo dos direitos humanos, o Brasil apresenta um leque de leis e políticas públicas centradas na proteção, promoção e defesa desses direitos. Porém convivemos com índices consideráveis de violação e múltiplas formas de violência e negação desses direitos.” (RÊSES & COSTA, 2015)

Para a Educação de Jovens e Adultos rege as diretrizes estabelecidas pelo decreto “nº 5.840/2006, que trata sob o Programa Nacional de Integração da Educação

Profissional juntamente com a “Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA”. o currículo é estabelecido por diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 6/2012 (BRASIL, 2012). Legisla ainda mais a sobre a educação profissional e ensino médio. Como está escrito nas Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017(2014):

A Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional será ofertada segundo o Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Profissional e a Distância (DISTRITO FEDERAL, 2014e) e as Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (DISTRITO FEDERAL, 2014d), que orientam a integração dessas duas modalidades da educação básica de acordo com os preceitos estabelecidos no Decreto nº 5.840/2006, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012 (BRASIL, 2012b In. 2014, p.44)

Podemos considerar o trabalho como o “capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa.” (MARX, 2006). Afinal de contas não haveria produto sem as mãos que ocasionam a transformação.

A Educação de temas específicos se faz necessária no contexto da EJA por se tratar de temas pertinentes à prática educacional com especial destaque às questões relacionadas aos estudantes da EJAIT. Esses temas são: educação das relações étnico-raciais; educação para o reconhecimento de gênero e da diversidade sexual; educação das pessoas com necessidades educacionais específicas e educação ambiental na prática educacional. Temas que no nosso entendimento devem ser contemplados no Projeto de Intervenção Local (PIL). Segundo Marques só há melhora na educação se houver valorização do profissional por meio da formação continuada:

Não se pode falar em um padrão nacional de qualidade efetivo sem um grande esforço de valorização e profissionalização. Em um Sistema Nacional que cumpra a responsabilidade de oferecer um serviço com a mesma qualidade para toda a população, independentemente do lugar do país onde ela viva, é imprescindível que a carreira do profissional seja igualmente valorizada em todo o território brasileiro. Um quadro de profissionais motivado e comprometido com os estudantes de uma escola é um dos elementos mais importantes do Sistema Nacional de Educação; eles atuarão na escola e fora dela, nos órgãos de gestão e nas representações nos conselhos de controle social. (MARQUES et.al, 2014, p.8)

Nossa proposta de intervenção local com o tema étnico-racial será promover um espaço de discussão junto aos professores que atuam na educação de jovens e adultos sobre as garantias de direitos dos sujeitos da EJAIT, para que possam orientar aos seus

alunos sobre a possibilidade de conhecer a dimensão da violação dos direitos dessas populações que sofrem como vítimas de racismo e ao mesmo tempo trabalhar a subjetividade do que é ser discriminado. E trazer a possibilidade de demonstração por meio da lei, que ampara o trabalhador / trabalhadora frente às situações vivenciadas no local de trabalho, na escola, no lazer, no comércio e na sociedade de um modo geral.

Reconhecemos como professoras e estudantes presentes nas escolas com a modalidade de EJA, que deve haver um momento do curso de formação que trabalhe a Educação para o Reconhecimento de Gênero e a Diversidade Sexual.

A escola, juntamente com outros espaços sociais, ao mesmo tempo em que atua na reprodução de mecanismos relativos à dominação masculina e à heteronormatividade, é um local privilegiado para a construção de uma consciência crítica e de desenvolvimento de práticas de respeito à diversidade e aos direitos humanos. Reside aí a importância de se promoverem ações sistemáticas que ofereçam aos profissionais da educação bases conceituais e pedagógicas que melhor lhes dotem de instrumentos para lidarem com diferenças de orientação sexual e de identidade de gênero, enquanto expressões da diversidade que devem ser acolhidas no quadro dos direitos humanos, numa perspectiva de emancipação.

Pois só há uma “educação como prática da liberdade, só poderá se realizar plenamente numa sociedade onde existem as condições econômicas, sociais e políticas de uma existência em liberdade”. (FREIRE, 1967) Por isso se pode mudar a prática educacional se a sociedade global, os sujeitos desta comunidade renovarem seus pensamentos diante de uma nova ideia baseada na consciência dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

Na medida em que a própria escola é elemento fundamental na construção de uma sociedade democrática e pluralista, é imprescindível promover a formação e a capacitação de profissionais da educação para a cidadania e a diversidade, pelo reconhecimento do direito à livre expressão afetivo-sexual e à livre identidade de gênero de cada cidadão e cidadã. Afinal, o problema não está nas diversas possibilidades de orientação sexual e de identidade de gênero. O problema reside no modo negativo como se lida com elas, culpando-as, discriminando e excluindo seus sujeitos do campo dos direitos, inclusive do direito à educação.

Atualmente, diante de situações e questões referentes à orientação sexual e à identidade de gênero, profissionais da educação encontram-se, quase que invariavelmente, desprovidos de diretrizes e instrumentos adequados para que possam

agir segundo padrões democráticos que contemplem a dignidade da pessoa humana em suas múltiplas dimensões.

Outro grande desafio para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores é a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades. Devido ao aumento da procura por matrícula à participação de pessoas Portadoras de Necessidades Especiais nessa modalidade foi pensado a EJA Interventiva, como escreve Marques et.al (2014):

Na EJA Interventiva serão ofertadas turmas de classe especial para estudantes do 1º e 2º segmentos em unidades escolares regulares que ofertam a EJA. Nessa ação está inserida a orientação profissional por meio do atendimento complementar do professor de Orientação para o Trabalho, a fim de propiciar a inclusão desse estudante no mundo do trabalho e a sua efetiva participação na sociedade. (DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EJA, 2014-2017, p. 46).

É fundamental que busquemos mecanismos de ampliação de saberes acerca da forma como os alunos com deficiência estão sendo acolhidos nas turmas. Para tanto é preciso que se dê, inclusive, maior transparência aos dados do Censo Escolar que, no âmbito da EJA ainda não identificam diretamente o perfil de alunos com deficiência matriculados nas turmas.

É necessário ainda que se disponibilizem aos professores desta modalidade, os saberes e recursos pedagógicos necessários ao atendimento das necessidades específicas dos alunos, assegurando aos professores estruturas de apoio para a realização de práticas pedagógicas compatíveis com as necessidades desses. Segundo Siemns (2012) para os alunos com necessidades especiais e com especificidades há necessidade de serem melhor assistidos:

No tocante às possibilidades de desenvolvimento educacional do aluno jovem-adulto com deficiência no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, há um indicativo da necessidade de construção de mecanismos específicos para que se instituem espaços pedagógicos que assegurem condições de permanência e de sucesso escolar dos alunos com deficiência, seja na forma da construção de um modelo pedagógico que considere as especificidades das necessidades de cada indivíduo, seja através da melhoria na formação de docentes e gestores das instituições escolares [...]SIEMNS, 2012, p.6).

Vários têm sido os estudos que apontam as dificuldades vivenciadas pela escola regular na realização de educação dos alunos com deficiência em suas turmas de Educação Básica, apesar do longo período de discussão quanto aos saberes e práticas acerca da inclusão de alunos com deficiência que se realizam com os professores e gestores de escolas e sistemas.

Os profissionais de educação precisam de um curso para capacitá-lo a lidar com a especificidade da educação de pessoas com deficiências nas turmas de Educação de Jovens e Adultos é relevante que aprofundemos as reflexões e debates acerca do trabalho pedagógico a ser realizado visto que a demanda por matrículas de portadores de necessidades especiais vem crescendo muito nesta modalidade. Ao mesmo tempo percebemos que os professores que atuam na EJA do DF, não estão preparados para desenvolverem práticas verdadeiramente inclusivas. Portanto, pretendemos com a implantação do PIL, buscar junto aos professores os mecanismos de articulação dos saberes, no sentido de orientar as práticas pedagógicas que atendam a diversidade apresentada na sala de aula. Planejar e desenvolver ações no sentido de viabilizar inserção dos alunos na vida social e no mundo do trabalho.

Com relação à Educação Ambiental na EJA, faz-se necessário refletir sobre as características de cada cidadão envolvido. O que nos chama a atenção na temática sobre Educação Ambiental é o que nos chega diariamente de todas as partes do planeta. Escassez de água, terremotos, contaminação dos solos, crise energética, secas e inundações, crescimento desordenado de cidades, ocupação de áreas preservadas, lixo jogados nas ruas sem destino apropriado. Tais fenômenos provocam instabilidade política em diversos países, deslocamento populacional em massa, violência e destruição, com impactos ainda maiores sobre pessoas em situação de vulnerabilidade. É o que podemos chamar de degradação ambiental. Em nome do progresso, da industrialização e do desenvolvimento econômico estamos destruindo o nosso meio ambiente. Onde os interesses individuais de determinados grupos se sobrepõem aos interesses coletivos, colocando em risco a sobrevivência da terra. Em busca do desenvolvimento econômico e de sua rápida obtenção, países desenvolvidos e subdesenvolvidos utilizaram os recursos naturais e minerais de forma desmedida, não havendo qualquer preocupação com a preservação ambiental. A degradação do meio ambiente está intimamente ligada às políticas adotadas para que o desenvolvimento seja alcançado. Entretanto, tais políticas estão atreladas à sociedade de consumo e tem como principal ideologia, para atingir seus objetivos, vincular o sucesso do ser humano aos bens e serviços que consome, ostentando cada vez mais bens materiais. Com esse consumismo desmedido existe a necessidade cada vez maior dos recursos naturais, só que sabemos que esses recursos se encontram no meio ambiente em limites esgotáveis. Em meio a tantos avanços, urbanizações e progressos a natureza somente é vista como fonte de obtenção de lucro e nunca como fonte de vida.

A escola representa um local fundamental para fortalecer as bases da formação do indivíduo para a cidadania crítica e responsável, capaz de enfrentar desafios e romper

os laços de dominação, que envolvem as relações entre a sociedade e a natureza. É nesse contexto que as reflexões sobre as questões ambientais devem ser inseridas, uma vez que a transversalidade da educação ambiental visa mudar os valores nas relações entre os seres humanos e destes com o mundo que os cerca.

Um dos papéis da escola frente à educação ambiental é levar aos alunos, em especial àqueles que, tardiamente, ingressaram no meio escolar, novas reflexões, onde o processo ensino-aprendizagem deve-se adequar a realidade que os cerca, o que facilitará a sua compreensão em relação aos direitos e deveres de cada cidadão diante do contexto socioambiental. Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos rios e córregos o desmatamento, as queimadas, a contaminação do solo e os baixos níveis de bem-estar. Essa reflexão mostra que a educação ambiental deve ser fruto da construção da própria comunidade e do reconhecimento dos saberes de seus sujeitos.

Para tanto, o educador terá de fazer com que sua ação seja uma resposta às diferentes necessidades colocadas pela realidade educacional e social, especialmente quando se trata de jovens, adultos e idosos que já trazem consigo para a sala de aula uma personalidade modelada pela realidade vivida. Os professores que atuam nesta modalidade de ensino, muitas vezes não receberam formação adequada para lidar com este público e na maioria das vezes encontram várias dificuldades ao transitarem e a dialogarem neste universo. Onde o que e como ensinar aos alunos tão diversos, por isso salienta-se ler o que Barreto (2006) em um dos cadernos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), sobre formação escreve:

Aprender dá trabalho, às vezes muito trabalho! Os professores devem ter isto sempre presente. Devem estar preocupados em não convidar seus alunos a realizar um trabalho inútil. Trata-se de uma questão ética. Trabalho inútil ocorre quando é realizado para obter um conhecimento que não lhes dá nenhum retorno efetivo. É inútil também quando dele não resulta nenhum conhecimento. Estes riscos são presentes quando o(a) professor(a) sustenta o seu trabalho sobre conceitos equivocados em relação ao que seja o conhecimento e suas características. (BARRETO, 2006, p.4).

Portanto torna-se necessário constante troca de experiências, formação continuada e ações dialógicas para que as coisas fluam bem neste ambiente rico e plural. E que possamos garantir um espaço saudável, prazeroso e humanizado para que todos desenvolvam suas potencialidades no ambiente de aprendizagem, garantindo assim uma escola democrática e de qualidade para todos.

A prática avaliativa, sistematizada ou espontânea, faz-se presente na vida social e, em especial, nas ações educacionais, com objetivos e significados diversos e muitas vezes contraditórios em relação ao valor e à qualidade do objeto avaliado. Portanto a escola, enquanto instituição educativa, também precisa ser avaliada, para que possamos ter autoconhecimento e autoconsciência da nossa realidade. Necessitamos identificar as nossas potencialidades e divulgá-las incorporando no espaço educativo e nossas insuficiências (dificuldade e erro) para elaborar alternativas para introdução de novos caminhos e deixar de reproduzi-los na escola e no sistema para que atinjamos a melhoria da instituição como um todo.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral:

Promover a Formação continuada de professores da Educação de Jovens, Adultos numa perspectiva transformadora de valorização da autonomia do sujeito da EJA, com ênfase nos direitos humanos e diversidade.

5.2 Objetivos específicos:

1- Realizar diagnóstico, para levantamento de demandas das escolas ofertantes da EJA na CRE do Paranoá e Itapoã.

2- Sensibilizar os profissionais da EJA, para participarem do curso de formação continuada em direitos humanos e diversidade.

3- Realizar curso de formação continuada na Coordenação Regional de Ensino do Paranoá.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ATIVIDADES/ AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	CRONOGRAMA	PARCERIAS	RECURSOS MATERIAIS
1- Realizar diagnóstico, para levantamento de demandas das escolas ofertantes da EJA na CRE do Paranoá e Itapoã.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar roda de conversa com o corpo docente; • Registrar os anseios e as sugestões levantadas pelos professores; • Listar junto ao corpo docente as prioridades do grupo no contexto das sugestões levantadas para a realização do curso; 	Fevereiro e março/2016	Gestores das escolas do Paranoá e Itapoã; Professores;	Carro para o deslocamento;
2- Sensibilizar os profissionais da EJA, para participarem do curso de formação continuada em direitos humanos e diversidade. Realizar diagnóstico, para levantamento de demandas das escolas ofertantes da EJA na CRE do Paranoá e Itapoã.	<ul style="list-style-type: none"> • Visitar as escolas da CRE Paranoá e Itapoã; • Articular com a direção das escolas a possibilidade de compartilhar com o corpo docente o curso de formação continuada e direitos humanos, diversidade; • Reunir com o corpo docente nas coordenações coletivas para a apresentação do curso de formação continuada. • Mostrar a importância da formação continuada em direitos humanos e diversidade para os professores que trabalham com a EJA. 	Março e abril/2016	Gestores das escolas do Paranoá e Itapoã; Professores;	Sala para reunião, papel A4, canetas, quadro branco e pinceis;
3- Realizar curso de formação continuada na Coordenação Regional de Ensino do Paranoá e Itapoã.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o plano de curso; • Planejar as aulas do curso de formação continuada em direitos humanos e diversidade; • Apresentar o projeto do curso de formação continuada para a EAPE e CRE do Paranoá e Itapoã, • Captar materiais sobre Direitos Humanos nos órgãos federais e distritais; • Articular parcerias; • Realizar a inscrição de até 30 (trinta) cursistas no curso; • Iniciar o curso; 	Março a nov/2016	Conselhos tutelares; Promotoria da infância e juventude; Ministério Público; UAMA, gestores das escolas do Paranoá e Itapoã, SOE, sala de recursos, Secretaria de saúde, SEDH (secretaria de direitos humanos), CEJAD (coordenação de educação de jovens e adultos) UNB/ FE.	Carro para deslocamento Folder para divulgação; Datashow; ficha de inscrição; Sala para a realização do curso; papel, canetas.

10- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua, por meio dos registros diários, a cada final de encontro, na ficha de “Diário de Percurso” que contemple as reflexões pessoais a partir dos conteúdos desenvolvidos nos encontros, que possa favorecer o enriquecimento individual e do grupo. Será utilizado um questionário inicial para levantar informações sobre o perfil do cursista. Após a realização do curso será aplicado outro questionário para que seja realizado um feedback do curso de formação continuada.

Entendemos que a avaliação é o processo mediante o qual se julga o mérito dos processos solicitados das pessoas ou grupos envolvidos. A avaliação deverá ser internalizada em todo o projeto, abrangendo toda a ação, desde sua concepção, elaboração, planejamento e gestão até sua conclusão.

A avaliação deve ser uma prática coletiva que demanda uma ação envolvendo professores e alunos onde cada um é responsável pelo processo educativo. O desenvolvimento de um trabalho pedagógico que envolve a temática de Direitos Humanos requer a incorporação da avaliação no seu desenho didático.

A educação, a informação e a orientação são fatores básicos para o desenvolvimento da responsabilidade individual e coletiva que possibilita a cada cidadã e cidadão uma ação positiva na solução dos problemas sociais. É nesse contexto que a avaliação se insere enquanto uma perspectiva de exercício da cidadania, “afirmando o ser humano, sujeito de direitos, no centro do desenvolvimento e da democracia”. (CARBONARI, 2014).

O objetivo da avaliação será proporcionar a informação básica necessária para que os implicados no processo educativo possam resolvê-lo formulando os juízos correspondentes. A avaliação deve projetar-se em um sentido amplo sobre os componentes da educação com professores, currículo, problemas etc.

Nesse sentido, a avaliação deve facilitar o processo para harmonização evitando assim possíveis disparidades. O debate interno entre os participantes deve ser alimentado pelas informações, levando-se em consideração valores que promovam o desenvolvimento do processo educativo, e produzir-se paralelamente ao mesmo para facilitar seu aperfeiçoamento. O domínio de técnicas que possibilitam a obtenção de dados acerca da realidade exige do avaliador saber descobrir e classificar os problemas e as questões na ordem de importância, que por sua vez orientam a avaliação. Porém, os processos avaliativos que tratam dos fenômenos sociais devem considerá-los como

“ações” e interpretá-los como resultados de interações em que aspectos sociais políticos e culturais das relações são à base das atitudes de uma população.

Os indicadores considerados positivos nos processos avaliativos devem traduzir avanços no sentido de: 1) fazer uma articulação de esforços conjuntos orientados a alcançar resultados educacionais mutuamente benéficos; 2) identificar mecanismos que indicam processos que criem as condições que viabilizem os propósitos estabelecidos; 3) construir espaços de diálogo no sentido de que as decisões sejam tomadas coletivamente; 4) concretizar ações que permitam os fins educacionais propostos; 4) estabelecer a avaliação em todas as etapas do processo de formação; 5) promover o intercâmbio de experiências. 6) estabelecer meios para melhorar a qualidade da atividade educativa, que tem os direitos humanos como tema gerador.

11- Referências

1. ANPED-MEC **SECAD** , Liber livro Editora Ltda, 2007.
2. ABICALIL, Carlos Augusto, O plano Nacional de Educação e o Regime de colaboração. In. Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Brasília: CNTE, 2007. Revista Esforce v.8, n.15, jul./dez. 2014.
4. ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos: Um campo de direitos e de Responsabilidade Pública**. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
5. BARRETO, Vera. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos : O processo de aprendizagem dos alunos e professores**. caderno 5. Brasília, D.F. 2006
6. BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH - PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.
7. BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
8. BRASIL. **Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 jul. 1996a.
9. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores** - Volumes 1, 2 e 3 Brasília: MMA/DEA, 2005 a 2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/101-serie-desafios-da-ea>
10. CARBONARI Paulo César. **Direitos Humanos: Sugestões Pedagógicas**. 2ª Edição, revista ampliada, Brasília DF, Editora IFIBF, 2014.
11. FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Com destaque para o Capítulo II, itens: 2.6, p. 28; 2.7, p.29; 2.8, p.30; no Capítulo III, itens: 3.3, p.38; 3.5, p.42 e; 3.7, p.47).
12. FREIRE, Paulo. **Educação como da liberdade**. Nº 1405. Paz e Terra. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro.1967.

13. FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1983.
14. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** 17ªedição. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.
15. FREITAS, Helena Costa Lopes de. **CNTE.PNE e formação de professores Contradições e desafios**, In. Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Brasília: CNTE, 2007. Revista Esforce v.8, n.15, jul./dez. 2014.
17. GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor : Paulo Freire e a paixão de ensinar.** 1. ed. São Paulo : Publisher Brasil, 2007.
18. GADOTTI, Moacir.(org.) **Paulo Freire - uma biobibliografia.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; UNESCO, 1996.
19. LIBANEO, José. **Temas de Pedagogia, diálogos entre didática e currículo.** Ed. Cortez. 2012
20. MAIA, Antonio Glaudenir Brasil & OLIVEIRA, Renato Almeida de. **Marx e a crítica contemporânea à pós-modernidade.** In Argumentos, Ano 3, N°. 5 – 2011. p. 81-90
21. MARQUES, Binho (et.al) CONAE, **O Sistema Nacional de Educação: em busca de consensos.** Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino Ministério da Educação 2014 DISPONIVEL EM: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/marques_nogueira_lambertucci_grossi.pdf
22. MARX & ENGELS. **Textos Sobre Educação e Ensino.** 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.
23. MARX, Karl. **TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL(1849).** Obras Escolhidas de Marx e Engels Edição em Português da Editorial Avante, 1982, t1, pp 142-177 Traduzido do Alemão. 2006.**Disponível em: https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Trabalho_assalariado_e_capital.pdf?1395743345 acessado em 17/10/2015 as 17:00**
24. RAMOS, Marise Nogueira, ADÃO, Jorge Manoel, BARROS, Graciete Maria Nascimento (Coord.). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. 170 p.

25. OLIVEIRA, Wesley da Silva. **Quilombo Mesquita: Cultura, Educação e Organização Sócio-política na construção do pesquisador coletivo**. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Educação, UnB, Brasília – DF, 2012.
26. Plano Nacional de Educação, **PNE nºLei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília : Senado Federal 2014.
27. RAMOS, Marise Nogueira, ADÃO, Jorge Manoel, BARROS, Graciete Maria Nascimento (Coord.). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. 170 p.
28. RESÊS, Erlando da Silva & COSTA, Danúbia Régia da. **A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores**. ARACÊ – Direitos Humanos em Revista. Ano 2. N. 2, 2015. Disponível em: <http://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/26/24> Acessado em 15/9/2015 as 19:24
29. RÊSES, Erlando da Silva. **De Vocação para Profissão - Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor**
30. SANTOS, Boaventura de Sousa, **A Construção Multicultural da Igualdade e da diferença**. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciência Social da UFRJ, 1995.
31. SANTOS, Sales Augusto. **Racismo, discriminação e preconceitos. Salto para o futuro**. TVEscola. www.TVEBrasil.com.br/Salto. (6p.) Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/texto_2_-_SANTOS S. A Racismo discriminacao e preconceitos%20b2.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/texto_2_-_SANTOS_S._A_Racismo_discriminacao_e_preconceitos%20b2.pdf)
32. Secretaria Especial dos direitos, Presidência da República. **Programa Nacional dos Direitos Humanos (SEDH-3)**. Brasília; SEDH, 2010.
33. SEDF. **Diretrizes Operacionais Da Educação De Jovens E Adultos**2014/2017, Brasília, 2014.
34. SEEDF , Governo do Distrito Federal. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília DF 2014.
35. SEEDF, Governo do Distrito Federal, **Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota**. Brasília DF -2012
36. SIEMS, Maria Edith Romano. **Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção**. Educ. foco, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 61-79, set 2011/fev 2012.
37. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico - Metodológicos**. João Pessoa, Editora Universitária, 2007.
Sítio: www.forumeja.org.br/distritofederal,

38. SOARES, Leôncio. (org) **Formação de Educadores e Jovens e Adultos**. Brasília: Autêntica /SECAD/MEC/UNESCO, MEC, 2006. http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos.pdf Acessado em: 18/3/2015 as 21:19
39. TINÈ, Sandra Zita Silva.(Cord.) **Currículo em Movimento da Educação Básica Educação de Jovens e Adultos**. 2014 <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/03/7-educacao-de-jovens-e-adultos.pdf> acessado em:20/8/2015 as 13:35

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO 1 (PERFIL DO PROFISSIONAL CURSISTA)

Caro(a) cursista,

Este questionário objetiva levantar alguns dados relevantes à construção do diagnóstico dos profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos, a fim de construirmos estratégias de intervenção que qualificam o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas, diagnosticar e conhecer o perfil dos profissionais, compondo um dos instrumentos avaliativos do Curso de Formação em Direitos Humanos e Diversidade com ênfase na EJA.

Obrigado por sua participação!

Coordenação Regional de Ensino: _____

Unidade de Ensino: _____

1- IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Profissão: _____

Função: _____

Escola em que atua: _____

Idade: _____ Tempo que atua na EJA: _____

2 - Você atua em qual Segmento da EJA ?

a) () 1º segmento b) () 2º segmento c) () 3º segmento

3 – Formação

a) () Graduação b) () Pós-graduação *latu sensu*

c) () Pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado

d) () Pós-graduação *stricto sensu*: Doutorado ou Pós Doutorado

3.1 - Possui formação específica em EJA? a) () Sim. b) () Não.

3.2 - Se possuir, especifique a formação em EJA:

a) () Curso de aperfeiçoamento: até 180h

b) () Curso de formação continuada: mínimo de 180h

c) () Especialização: mínimo 360h

d) () Pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado

e) () Pós-graduação *stricto sensu*: Doutorado e Pós Doutorado

4 - Quais as suas expectativas com relação ao curso de formação em Educação para os direitos humanos.

5 - Na sua prática pedagógica você atua com direitos humanos. () não () sim comente.

6 - Você já sofreu algum tipo de violência. () sim () não Que tipo?

() psicológica () moral () física () étnico racial () Gênero () outros. Comente.

7 - No contexto da EJA, qual situação você poderia trabalhar com a diversidade. Exemplifique

5 – Após a realização do curso descreva uma situação que você utilizou ou utiliza o conhecimento adquirido em direitos humanos.

6 - No contexto da EJA, qual situação você poderia trabalhar com a diversidade. Exemplifique

7 - Na perspectiva da educação para o direitos humanos, como na prática ocorre o processo de inclusão.
